



Manifesto da Rede Internacional Feminismo e Agroecologia

Comitê Internacional

O colóquio realizado em Recife, em abril de 2019, é o terceiro encontro de uma sequência de discussões (colóquio de 2012 em Toulouse, de 2015 em Lyon, na França) que instaurou uma vontade coletiva de construir uma Rede Internacional Feminista de Agroecologia. Esta rede se propõe a articular saberes e experiências de organizações sociais e acadêmicas a fim de produzir conhecimentos que podem subsidiar demandas políticas e apoiar movimentos sociais. Nós, integrantes da rede, combinamos a vontade de construir um modelo agroalimentar camponês e sustentável e o reconhecimento do papel das mulheres e da emancipação feminina.

A rede internacional feminista de agroecologia que defendemos e construímos é um projeto político de transformação social, de produção de saberes e intercâmbio de práticas. Ele se apoia sobre um tripé de atoras(es) implicadas(os) como pesquisadoras(es) e professoras(es) feministas, organizações não governamentais, sindicatos, organizações camponesas e movimentos de consumidores. Como em outros debates, o feminismo é evidentemente uma questão transversal: não falamos de uma agroecologia feminista, mas de uma abordagem feminista da agroecologia, pois atuamos nos processos existentes reivindicando a necessária visibilidade das lutas pela igualdade de gênero.

A rede feminista de agroecologia tem a vontade política de articular uma responsabilidade (em relação ao planeta terra, aos territórios, às comunidades) e um reconhecimento social dos direitos de sujeitos políticos (em particular, as mulheres) comprometidas com a transformação social em torno de questões agrícolas e alimentares. Os saberes que defendemos são aqueles co-produzidos em intercâmbios entre as três esferas (acadêmica e de ensino, acompanhamento técnico e político como as ONG e o mundo camponês) a partir de uma abordagem feminista. Reconhecemos que estes saberes estão inscritos em contextos que os tornam singulares, o que nos faz destacar a importância dos movimentos negro e indígena.

Comprometemo-nos com a luta contra todas as formas de violência presentes em diversas escalas sociais e espaciais do modelo patriarcal (instituições do Estado, comunidades, famílias) e colonial (modelo de desenvolvimento liberal da agricultura industrial em diferentes escalas territoriais).

Polos regionais de circulação de conhecimentos e estratégias de ação

A rede internacional inicia apoiando-se em polos regionais em construção na América Latina (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru), na África (Senegal), na Ásia (Índia), na Europa (França,



Estado Espanhol, Suíça) que constroem sua própria agenda política, se apoiam sobre a singularidade de sua rede de atoras(es) e atuam com base na originalidade de seus diferentes ecossistemas. O objetivo é de estabelecer ações coletivas, criar solidariedades e visibilizar os desafios relacionados aos valores que defendemos. Desejamos criar um espaço de circulação de conceitos fundantes de nossos compromissos de modo a construir uma linguagem comum entre a formação popular e acadêmica favorecendo um diálogo em torno de saberes feministas nas raízes da agroecologia. A pesquisa realizada é comprometida: as pesquisadoras(es) compartilham a ética de uma pesquisa a serviço de questões importantes para a sociedade e coletivamente definidas. A pesquisa-ação participativa que defendemos tem como ponto de partida aquilo que é importante para as pessoas, famílias e comunidades com as quais atuamos.

Análises comuns, instrumentos conceituais da abordagem agroecológica feminista

Atuamos articulando três críticas ao modelo de desenvolvimento socioeconômico do capitalismo agroindustrial liberal:

Crítica de uma ciência moderna que desconSIDERA a característica relacional da vida: sejam relações entre seres humanos e não humanos, ou com a natureza e o mundo material. Reconhecemo-nos em uma perspectiva ecofeminista que critica uma visão mecanicista, reducionista e naturalista dos ecossistemas. Reivindicamos uma visão orgânica e holística (relacional e complexa) da relação com a vida e com a natureza viva (diversa e adaptativa) segundo a diversidade de questões dos territórios e de sua adaptação ao meio ambiente. Esta perspectiva holística, global, que integra uma preocupação sistêmica, permite compreender o papel das mulheres e dos homens na preservação da biodiversidade em todas as escalas: a da diversidade ecológica (segundo os diferentes biótopos e sua evolução relacionada à transformação das paisagens); a da diversidade das espécies nos ecossistemas, inclusive nos quintais, em geral manejados pelas mulheres, como lugares de grande biodiversidade; a diversidade genética das plantas considerando a seleção de plantas bem como a questão de gênero segundo os papéis sociais.

Crítica da economia formal que desconSIDERA a combinação de vários princípios de comportamento econômico. A economia social e solidária feminista com a qual atuamos, se inscreve em uma abordagem crítica da crise da reprodução social do campesinato ao redor do mundo e em uma perspectiva heterodoxa da economia. Desconstruímos as dicotomias que estão na base da invisibilidade e do não reconhecimento do trabalho das mulheres, inclusive nas práticas agroecológicas: reprodução/produção, mercantil/não mercantil demonstrando como elas são constitutivas umas das outras.

Crítica de uma visão política restrita aos poderes públicos e à democracia limitada à representação que ignora a importância dos espaços públicos, em especial os subalternos, nas lutas contra as desigualdades e pela democratização. Chamamos a atenção sobre as condições de participação política



das agricultoras, mediante espaços de fala que permitem a deliberação e a politização de questões consideradas em outros espaços como da esfera privada, como é o trabalho de cuidado. Reconhecemos a importância da organização coletiva, em especial nas redes feministas que colocam em prática o princípio de que o “privado é político” e que permitem transformações pessoais e coletivas em diferentes escalas.

Crítica à divisão do trabalho que desconsidera a articulação de questões da vida privada e da vida pública: a responsabilização das mulheres pelas tarefas domésticas e de cuidado reproduz desigualdades/assimetrias de gênero que estruturam esferas econômicas e políticas.

O reconhecimento das atividades de cuidado traz à tona a dupla dependência das sociedades em relação à natureza e em relação aos cuidados dos seres, das coisas, do mundo. Reconhecemos o papel fundamental que as mulheres têm na esfera doméstica, nas atividades relacionadas à manutenção da vida: cuidados ligados ao corpo, às plantas, à alimentação, aos ecossistemas. Ao mesmo tempo, denunciemos o confinamento histórico das mulheres ao doméstico, ao privado, à atenção aos outros (crianças, idosos, doentes), à alimentação, à proximidade afetiva (promovendo uma visão essencialista da mãe nutridora), ao quintal, à natureza, ao cotidiano, a reiteração dos cuidados, e as limitações de sua participação na esfera pública. Ao mesmo tempo, reivindicamos que a atenção às necessidades e expectativas do outro é também uma prática social fundamental que deve ser compartilhada com os homens. Consideramos que se o privado é político, a perspectiva feminista da agroecologia reivindica, portanto, trazer ao âmbito político, questões relacionadas aos quintais, ao campo, à cozinha, como espaços de articulação entre produção, transformação e consumo. É a partir destes lugares que a agroecologia que assumimos acompanha às manifestações e às formas de apropriação de si mesmas de novos sujeitos políticos: as produtoras agroecológicas.

Esta agroecologia que reivindicamos se aproxima da ecologia política que denuncia uma abordagem romântica dos saberes agroecológicos das mulheres e uma leitura homogeneizante do grupo social das mulheres, que denuncia também uma elevada responsabilização das mulheres pelo futuro do planeta, além de uma invisibilização dos saberes e responsabilidades dos homens. Pensar uma (agro)ecologia política feminista nos impõe pensar nas interseccionalidades das desigualdades, da divisão sexual do trabalho, dos direitos aos “recursos” (terra, água, sementes, comercialização, etc.) e do poder de decisão. Implica também considerar o território como espaço de autonomia, não apenas como espaço de reprodução física, mas também cultural, referenciado na ancestralidade das suas práticas, buscando romper com a hierarquia entre raças e etnias.

São nossos objetivos:

- Promover a integração de instituições de ensino e organizações sociais que atuam na área de gênero, agroecologia e ação coletiva;



- Facilitar a socialização e troca de experiências em agroecologia de mulheres agricultoras, bem como de seu envolvimento nas demais atividades da agroecologia;
- Conhecer e proporcionar o intercâmbio de ações coletivas de mulheres voltadas para a segurança e soberania alimentar e promoção da transição agroecológica;
- Aprofundar ações de cooperação entre instituições acadêmicas de distintos países participantes para promover uma internacionalização dos núcleos de pesquisa e dos programas de graduação e Pós-Graduação com interface nessa temática;
- Realizar incidência política para monitorar mudanças nas políticas públicas agrícolas e alimentares.